CARREIRA DIPLOMÁTICA E O INGRESSO NO INSTITUTO RIO BRANCO

ANTONÁDIA BORGES
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

As etnografias perduram no tempo por suas qualidades singulares. Algumas, como *O Instituto Rio Branco e a diplomacia no Brasil: um estudo de carreira e socialização*, revelam-se verdadeiros marcos devido ao seu caráter precursor e à perenidade das questões antropológicas que trazem à tona.

Cristina Patriota de Moura colhe em seu mais recente livro um novo fruto de sua pesquisa sobre a diplomacia, que rendera anteriormente um estudo sobre a construção da identidade dos filhos de diplomatas e outro sobre o Barão de Rio Branco. Os temas destas duas outras obras podem nos servir de farol na compreensão dos meandros que conduziram a autora ao tema central de sua dissertação de mestrado, ora vertida em livro. A antropóloga busca compreender como um grupo corporado se constrói: (i) por meio das relações de afinidade estabelecidas ao longo de uma série de rituais destinada à transformação pessoal dos sujeitos envolvidos e, ao mesmo tempo; (ii) graças à preservação do espírito público estatal, cujo emblema maior revela-se em um ancestral comum, o próprio Barão que dá nome à Casa.

O presente livro é de interesse explícito de todos os interessados no tema específico da constante formação de novos quadros na diplomacia brasileira. A obra, entretanto, vai muito além deste foco inicial. Ao longo de uma escrita minuciosa e elegante, somos conduzidos por caminhos que revelam o quanto um objeto de pesquisa aparentemente circunscrito pode se embrenhar por searas imprevistas, descortinando dimensões da vida social negligenciadas em outras abordagens – notadamente naquelas da ciência política ou das relações internacionais.

Este trabalho é um divisor de águas na forma de abordar a relação entre o Estado como máquina burocrática e seus servidores como sujeitos em transformação recíproca. Patriota de Moura realiza com maestria uma sempre difícil e trabalhosa articulação entre o câmbio por que passam os

indivíduos – ao longo de suas existências – e o próprio Estado, em sua aparente imutabilidade. A autora desafia assim um dos grandes enigmas encontrados pelos antropólogos que se voltam para relações que, a despeito de toda a mudança, mantêm-se duráveis e estáveis.

Para lidar com esse quebra-cabeça – invariavelmente complexo, difícil de ser compreendido e, mais ainda, de ser vertido em escrita etnográfica – sua exposição foi dividida em quatro partes, ou seria melhor dizer, em quadrantes, que compõem um mosaico capaz de restituir a intrigante trama de hierarquias e afetos que constitui a vida dos diplomatas e daqueles que um dia irão manter acesa a chama da diplomacia.

Uma espécie de esboço do que vem pela frente é oferecido ao leitor na introdução. A autora esclarece que o aspecto datado da etnografia é ao mesmo tempo fonte de sua virtude e de seus limites. Realizada entre 1997 e 1998, a pesquisa de Patriota de Moura acompanhou um momento crucial na vida dos indivíduos e da instituição estatal, isto é, o Instituto Rio Branco. A antropóloga observou um evento que ocorre anualmente naquela Casa: o ingresso da turma de neófitos naquilo que ela chama de "um processo de aquisição de uma maneira de pensar e agir [...] um processo de socialização que envolve uma modelagem social, a internalização de um *ethos* e a aquisição de um *habitus*" (:18-19).

O aspecto dramático de seu problema de pesquisa é também a grande questão enfrentada por seus anfitriões em campo. Anualmente, centenas de jovens sonham em ingressar na carreira diplomática. Suas razões são múltiplas. Suas procedências são diversas. Do outro lado, no interior do Itamaraty, diplomatas que já passaram por todas aquelas provações, prestes a serem iniciadas, vêem-se igualmente testados em sua capacidade de transformar aqueles corpos estranhos em uma parte harmonicamente integrada ao complexo sistema já existente de hierarquias e papéis, e do qual eles fazem parte. Esse sistema, portanto, não pode ser pensado como um artefato autômato. Ele existe mais como uma coreografia, magistralmente encenada por um corpo de baile que tende a recusar – ao menos em boa parte de suas vidas – a personalidade individual em nome de um comportamento ritual que só funciona coletivamente. É isto que é ensinado aos recém-chegados. É disto que dependem também aqueles que já estão estabelecidos no Itamaraty. Todos se envolvem em rituais que são condições para a manutenção de uma crença comum.

O primeiro capítulo é dedicado a uma análise do dia do diplomata, ocasião em que, além de ser celebrado o próprio ofício, realiza-se a cerimônia de formatura dos que ingressam na carreira. Em 20 de abril nasceu Rio Branco e, a cada ano, novos membros nascem para a Casa nesta mesma data. Essa é a ocasião para ser festejado o ancestral e o ingresso de novos homens e poucas mulheres à linhagem do Barão de Rio Branco – processo este resumido em uma noção compartilhada por todos: a "ordem de precedência". Na cerimônia, o formando deixa de ser uma "pessoa específica", deixa de ser o que era para se tornar uma das "peças que compõem o todo", um todo ordenado, "em que cada pessoa vem antes e depois da outra" (:39).

O segundo capítulo volta-se para a centelha que despertou a vocação daqueles jovens diplomatas que conhecemos em sua cerimônia de formatura. O recurso narrativo nos lança ao passado, ao momento em que o diplomata era somente um candidato. Aqui a autora enfrenta o desafio de lidar com sujeitos que olham para o seu passado, interpelados pelas questões da pesquisa e pelas suas próprias, procurando encontrar um encadeamento razoável para o rumo que suas vidas tomaram. A dedicação de Cristina P. de Moura e de seus interlocutores para elucidar este mistério ajuda a derrubar um suposto senso comum a respeito da carreira diplomática. Todos reconhecem o quanto o estudo árduo, ou seja, o mérito, assim como a vontade de ter um emprego estável são elementos indispensáveis para tentar o concurso público para diplomata: "Não acredito que essa idéia signifique que se pense que os diplomatas fazem parte de uma nobreza hereditária, apesar de ser comum a idéia de que só aqueles nascidos em ´famílias tradicionais´ passam no concurso" (:47).

Neste capítulo, forma-se um dos elos analíticos fundamentais para se compreender o argumento da autora: o de que "a carreira de diplomata não exige uma formação especializada prévia" (:51); é por meio do mérito – uma espécie de substância comum, compartilhada por aqueles que ingressam na carreira – que começam a se delinear os laços de parentesco entre esses noviços, doravante parcialmente desligados de suas famílias de origem e acolhidos na Casa de Rio Branco.

Depois de aprovados no concurso, é preciso enfrentar dois anos de estudos e convívio no Programa de Formação e Aperfeiçoamento (Profa-I), período este que coincide "com os dois anos de estágio probatório no serviço público" (:72). Nessa primeira fase de sua formação, o diplomata-aluno é

apresentado à formalidade e à hierarquia da Casa. Nas palavras de um deles: "se você reparar bem, você vai ver que existem vários rios brancos" (:77). Por ter participado das aulas, a autora pôde acompanhar o processo de transformação dos alunos que deixam para trás a camaradagem inicial ao perceberem gradualmente que seu futuro depende "da reputação que ele consegue construir com seus superiores, mais do que com seus pares" (:88).

Ainda assim, como Patriota de Moura argumenta no capítulo quatro, alguns laços pessoais constituídos dentro da Casa, dentro do Instituto Rio Branco, são de suma importância para a formação satisfatória de uma nova família. Neste ponto de seu argumento, a autora assume uma posição crítica em relação ao uso indiscriminado da concepção de instituição total de Goffman. Os diplomatas conhecem o termo e dele lançam mão para definir o que sentem a respeito da Casa que os abriga. A autora chama a atenção para o fato de que esse abrigo tem se tornado cada vez menos coercitivo. Ainda assim, o vínculo que os diplomatas passam a nutrir com a Casa expressa-se como uma adesão marcada por ambivalências, experimentada ora como exercício da vontade ou do desejo, ora como constrangimento diante de um leque de opções restritas.

A análise que se segue ingressa em um terreno delicado para os diplomatas e também para os antropólogos. Ao tratar dos arranjos matrimoniais, a autora mostra o quanto explicações voltadas para a estratégia podem deixar grandes lacunas a propósito das escolhas dos cônjuges de diplomatas. Lançando mão de dados estatísticos, de documentos e de entrevistas com diplomatas mais antigos, Patriota de Moura consegue demonstrar que há uma "consciência geral de que não se pode casar com qualquer pessoa" (:97). Logo se desfaz a ilusão do noviço que pensara que sua formação se daria no Profa-I. A vocação do diplomata desenrola-se em meio a um roteiro que poderia ter sido filmado por Bergman, no qual a tensão instala-se a todo o momento exatamente porque os sujeitos esperam controlar o incontrolável. Aqui, mais uma vez, assoma o duelo entre as inclinações particulares (talvez o amor) e o dever para com a Casa, dramaticamente sintetizado por uma aluna do Rio Branco: "[...] isso aqui agora vai ser sua família, entendeu? Vai se conformando aí, porque a sua vida vai ser a vida de todo mundo também" (:100).

Como sublinhado anteriormente, a crença que mantém acesa a chama de Rio Branco ultrapassa os muros do Itamaraty e mesmo as fronteiras do Ministério das Relações Exteriores. Ela invade o cotidiano de todos os que

ali ingressam, mesmo quando distantes da Casa. A perenidade dessa ordenação do mundo – que, note-se bem, está em constante construção – é condição para a realização de uma idéia *sui generis* de Estado. Ao se tornar quase real (no sentido monárquico do termo), o Estado assume por meio de seu corpo diplomático uma faceta que se opõe ao seu perfil volúvel, relacionado às vicissitudes da vida política mundana, às disputas eleitorais e às trocas de governo.

A autora sugere que na diplomacia, mesmo quando as coisas mudam, tudo permanece do mesmo jeito. Ao que tudo indica, esta face do Estado é necessária para que a outra – aquela que se transforma, seja com eleições ou, não esqueçamos, com golpes militares – adquira seu valor e vice-versa. É com Max Weber e seus propagadores no Brasil, como Raymundo Faoro, que Patriota de Moura procura dialogar. Os diplomatas formam um grupo corporalizado que não é um estamento. Tampouco se trata de uma burocracia racional impessoalizada, no sentido weberiano: "eles são ambos ao mesmo tempo" (:109).

A etnografia revela os limites da teoria sociológica ou antropológica adepta de antinomias conceituais exatamente porque nossos anfitriões em campo inventam formas de vida que são mais complexas do que os modelos que nos ajudam inicialmente a pensá-los. A vida pregressa e as constantes transformações rituais experimentadas pelos diplomatas permitem à autora recusar a perspectiva evolucionista desses estudos clássicos, para os quais haveria um caminho único e irreversível que partiria das relações patrimoniais em direção às estritamente burocráticas e legais. Esses pólos, em suas palavras, pouco ajudam a compreender as nuances da existência de homens e mulheres que vêem seu cotidiano embrenhar-se com o de sua função no Estado não por um desvio moral, mas justamente por uma moral ímpar, e que lhes é ensinada de maneira a ser apreendida como algo que não se aprende como aprendemos nossos termos e laços de parentesco (:108).

Ao final do livro de Cristina Patriota de Moura, ficamos satisfeitos com o poder da etnografia, com sua capacidade de expandir conceitos e nossas próprias visões de mundo. Ao mergulharmos no turbilhão que se abate constantemente sobre os diplomatas, no início de sua carreira e ao longo de toda a sua vida, nos sentimos igualmente curiosos para saber o que se passa com aqueles que não sobrevivem, com aqueles e aquelas que se recusam, que não se adaptam, que escapam ou que, simplesmente, não

ascendem. Afinal, mesmo que pontuada por agruras diversas, estamos diante de uma história de vencedores. A capacidade analítica da autora nos deixa com esperanças de ainda sermos contemplados com um novo texto seu, aquele que nos revele algo sobre os *outsiders*, a exemplo de Howard Becker, um dos autores de central inspiração para a presente obra. Essa vontade de saber mais recompõe um dos problemas cruciais aqui esboçado, qual seja, a relação entre os sujeitos diplomatas e o sujeito Itamaraty, ou o sujeito Rio Branco. Certamente, o trabalho do esquecimento e do menosprezo deve ter um peso fundamental para a compreensão da força da tradição e da distinção pelo mérito no seio do Instituto Rio Branco. Ávidos, ficamos aguardando.